

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 44.415 - SP (2014/0006237-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ALEXANDRE EDUARDO DE PAULA TAVARES
RECORRENTE : ANDRÉ FERNANDO DE PAULA TAVARES
ADVOGADO : RICARDO PONZETTO E OUTRO(S) - SP126245
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALEXANDRE EDUARDO DE PAULA TAVARES e ANDRÉ FERNANDO DE PAULA TAVARES contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Consta dos autos que os recorrentes foram denunciados como incursos no art. 313-A do Código Penal.

Alegando atipicidade do fato, a defesa impetrou a ordem originária pugnano pelo trancamento da ação penal, que foi denegada em acórdão de e-STJ fls. 73/79.

No presente recurso, a defesa reitera a alegação de atipicidade da conduta, considerando-se que os recorrentes estariam sendo processados por delito de mão própria, sendo que eles não seriam servidores públicos.

Requerem, em liminar, a suspensão do curso do feito e, no mérito, o trancamento em definitivo da ação penal.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fl. 125).

Informações prestadas (e-STJ fls. 128/162, 163/182, 183/201 e 205/208).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ fls. 209/213).

Pedido de reconsideração indeferido (e-STJ fls. 249/250).

É, em síntese, o relatório.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

nos autos da Ação Penal n. 0000772-52.2006.4.03.6104, em 18/7/2018 foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido e absolveu os ora recorrentes da imputação da prática do delito descrito na denúncia, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Assim, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator